



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência,



ATA



ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 2.211/2020 DE AUTORIA DO GOVERNADOR DO ESTADO QUE “ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESAS DO ESTADO DA PARAÍBA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021”, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

Às dez horas e dez minutos do dia dezanove de novembro de dois mil e vinte, realizada através de reunião remota, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho, ocorreu a reunião de Audiência Pública da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, com a finalidade de Discutir o Projeto de Lei nº 2.211/2020 de autoria do Governador do Estado que “Estima Receita e Fixa Despesa do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2021”. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Ato contínuo convidou o deputado Lindolfo Pires para secretariar os trabalhos e realizar a leitura do expediente em mesa. Estavam presentes na sessão os Deputado Lindolfo Pires, Tião Gomes, Jutay Meneses, Camila Toscano, Moacir Rodrigues, Taciano Diniz, Galego de Souza. Registrou as presenças do Desembargador Marcio Murilo, Rossana Guerra, Gisele Barros, Leonardo Quintans, Karoly Agra, Ricardo Barros, Pollyana Xavier, David Anchieta, Juiz Gilberto Medeiros, Mario Borba, Fábio Liberalino,



Mauriene Freitas, Suana Melo, Altamir Pimentel, Dr. Márnio Solermann, Marconi Medeiros, Gustavo, Felipe Medeiros. Dando continuidade o Senhor Presidente passou a palavra ao Secretário Gilmar Martins. O Secretário iniciou sua fala realizando os cumprimentos de praxe, logo após iniciou a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, afirmou que a projeção para 2021 é de um acréscimo de 4,79%, expôs as despesas previstas com educação e saúde, mostrou a evolução da despesa estadual segundo as categorias econômicas, destacou o duodécimo dos poderes que será o valor aprovado na Lei nº 11.627 de 14 de janeiro de 2020 – LOA 2020, vinculada às fontes “110, 101, 110 2 112”, acrescido do IPCA de julho de 2019 a junho de 2020, para os referidos Poderes e Órgãos. Exibiu o demonstrativo da distribuição dos recursos por poder, e abordou os desafios para manutenção do equilíbrio fiscal, como o enfrentamento aos desafios impostos pela Pandemia; pagamentos dos estoques de precatórios; despesas com a Previdência Social, salário mínimo e progressões; legislações que limitam a despesa pública; manutenção do volume de investimentos. Mencionou as ações que estão sendo tomadas para a manutenção do equilíbrio fiscal, a exemplo do início das obras de construções dos empreendimentos do Polo Turístico Cabo Branco; contratação de operações de crédito; estímulo de parcerias Público-Privada; fortalecimento do processo de transformação digital. O Senhor presidente agradeceu ao secretário pela exposição e passou a palavra aos demais inscritos. O deputado Moacir Rodrigues questionou qual o déficit previdenciário atual, o motivo pelo qual a segurança hídrica e energias renováveis não foram discutidos. O deputado Taciano Diniz parabenizou o Secretário Gilmar pela excelente apresentação. Prosseguindo o Sr. Leonardo Quintans realizou os cumprimentos de praxe, refletiu sobre o ano atípico que estamos vivendo, mencionou a necessidade de antecipar gastos com a tecnologia a fim de conseguir prestar assistência a sociedade, agradeceu a ALPB a abertura de um canal de diálogo para discussão do orçamento, salientou a importância de avanços nesses diálogos entre os poderes. O Sr. Ricardo Barros indagou ao Secretário o motivo pelo qual o duodécimo ficou em 2,3% e o porquê de o orçamento da defensoria ter ficado abaixo dos demais se a necessidade de investimento aumentou em decorrência da necessidade de acompanhar o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Na sequência foi convidado a se pronunciar o Sr. Márcio Murilo da Cunha Ramos, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba. Com a palavra saudou a todos, informou que estará deixando a presidência do Tribunal de Justiça, mas que observa que este está unido e coeso para alcançar o equilíbrio financeiro apesar das dificuldades com o duodécimo. Logo em seguida o Secretário Gilmar Martins foi convidado a



responder os questionamentos. Com a palavra esclareceu sobre o déficit previdenciário, momento em que destacou que os efeitos apenas poderão ser observados a longo prazo; sobre a energia renovável falou que o estado da Paraíba não aloca recursos, pois está havendo investimentos da iniciativa privada; sobre o crescimento da receita total relatou que inclui todas as fontes de recurso, por isso seu crescimento vai além do duodécimo e que o repasse para este gira sobre o ICMS e FPE; em relação a recuperação de orçamento para a defensoria pública disse que estão sempre abertos a discussão. Dando continuidade o Deputado Wilson Filho convidou a se pronunciar o Dr. Gilberto Medeiros Rodrigues, Associação dos Magistrados. Com a palavra observou que a gestão do Tribunal de Justiça operou diversos cortes e modificações para enxugar despesas, mas que necessita de investimentos para garantir um retorno maior para a sociedade. Prosseguindo foi passada a palavra ao Sr. Altamir Pimentel de Alencar Filho, ASSTJE- PB. Com a palavra se acostou aos dizeres do Dr. Gilberto Medeiros Rodrigues, instante em que destacou a problemática do reajuste do duodécimo dos Poderes e suas dificuldades. Prosseguindo foi convidado a falar o Dr. Fábio Liberalino, APDP. Com a palavra falou dos prejuízos financeiros enfrentados pela Defensoria Pública e questionou sobre a possibilidade de emenda na Comissão de Orçamento para reestabelecer os valores orçamentários. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Gustavo Terto- SINTES-PB. Com a palavra observou a implantação de tecnologias para redução de custos, falou sobre o enfrentamento da UEPB com redução de recursos e pediu atenção para universidade e a categoria dos servidores. Logo depois se pronunciou a Sra. Suana Melo, ASPOL. Com a palavra cumprimentou a todos, falou sobre dificuldades porque passa a categoria e pediu que o Secretário Gilmar Mendes descrevesse como está sendo pensado a distribuição de recursos para a segurança. Seguidamente foi convidada a falar a Sra. Pollyana Xavier, Representando o Reitor da UEPB, Professor Dr. Antônio Guedes. Com a palavra destacou como tem sido a gestão da UEPB para manter as atividades acadêmicas e informou sobre a defasagem salarial dos servidores. Em continuidade foi convidado a falar o Sr. Fernando Borges SINTESP-PB. Com a palavra fez as saudações de praxe e falou como o corte no orçamento da UEPB vem causando transtornos aos servidores. Ato contínuo o Sr. Presidente passou a palavra para o Deputado Moacir Rodrigues, onde fez alguns questionamentos financeiros, explanou que alguns números não batem em relação ao déficit da previdência e enfatizou algumas obras públicas que estão paradas por falta de orçamento. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Gilmar Martins, onde após os cumprimentos de praxe, esclareceu sobre os valores questionados pelo Deputado Moacir Rodrigues



em relação ao déficit da previdência, lamentou a profunda crise que o País inteiro vem enfrentando, enfatizou que esta crise não é só do corrente ano, o qual estamos enfrentando a pandemia, mas sim de alguns anos até o momento, explicou que toda essa crise culminou em congelamentos de duodécimos de alguns poderes, situação inclusive prevista em lei orçamentária anual, lembrou da forte queda na receita e arrecadação do Estado com a presença da pandemia, falou que o poder executivo está trabalhando forte no planejamento e controle financeiro, de modo a melhorar para poder conceder as progressões e direitos salariais que não foram possíveis serem pagos neste ano aos servidores públicos. Dando seguimento, o Deputado Tião Gomes, em considerações finais, esclareceu que a gestão atual do poder executivo vem cumprindo com o calendário de pagamento dos servidores públicos, além de décimo terceiro salário, assim como o repasse do duodécimo de forma integral aos poderes, justificou estes compromissos como forma de exemplo de controle financeiro em plena crise devido à pandemia, falou que irá ouvir e aceitar conselhos como relator da presente comissão, com o objetivo de proferir um relatório justo e transparente comprometido com a melhoria do Estado da Paraíba. Em seguida o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais oradores inscritos, declarou encerrada a presente reunião. Lavrando a presente Ata, os redatores Karla Georgea Castro Silva, Simone Patrícia B. de Macedo e Frederico Bezerra dos Santos, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 19 de novembro de 2020.



Deputado Wilson Filho
Presidente